



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo descrever os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para subsidiar o processo licitatório, demonstrando sua viabilidade e conveniência. Seu conteúdo dependerá da natureza da solução a ser licitada, sendo mais complexo e minucioso na medida em que a contratação assim exigir. Ele será elaborado com base nas informações constantes do Estudo Técnico preliminar.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta seletiva de recicláveis e de coleta de lixo/resíduos orgânicos gerados em 04 (quatro) sedes do Crea-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição	Periodicidade.	Qtd. (A)	Unid.	Valor Unitário (B)	Valor total mensal (C) = (A x B)	Valor GLOBAL (D) = (C x 24)
1	Fornecimento de contêineres (implantação)	mensal	9	unidade	R\$	R\$	R\$
2	Fornecimento de tambor 200 litros (implantação)	mensal	1	unidade	R\$	R\$	R\$
3	Fornecimento de balança para pesagem do material reciclável	mensal	4	unidade	R\$	R\$	R\$
VALOR FORNECIMENTO							R\$
4	Prestação do Serviço de Coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos orgânicos/rejeitos (Sacos de 100 l)	mensal	1.608	sacos	R\$	R\$	R\$
5	Pilhas, baterias e lixo eletrônico acondicionados em 1 tambor apropriado de 200 litros	mensal	16	kg	R\$	R\$	R\$
6	Lâmpadas Fluorescentes	mensal	50	unidade	R\$	R\$	R\$
VALOR SERVIÇOS DE COLETA							R\$
7	VALOR ABATIMENTO: Referente à alienação de material reciclável	mensal	2.940	kg	R\$	R\$	R\$
VALOR ABATIMENTO							R\$
TOTAL GLOBAL (I. FORNECIMENTO + II. COLETA - III. ABATIMENTO)							R\$

1.2. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução por Preço Global.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que o Crea-SP se enquadra como Grandes Geradores de Resíduos Sólidos (RGG), ou seja, gerando mais de 200 litros de lixo por dia, a presente contratação justifica-se em vista da necessidade de atender o que estabelecem legislação e regulamentação pertinentes quanto à responsabilização pelo acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos com grande massa ou volume, de acordo com normas e regulamentações referentes à sustentabilidade e políticas ambientais.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Prestação de serviços de coleta seletiva de recicláveis e de coleta de lixo/resíduos orgânicos gerados em 04 (quatro) sedes do Crea-SP.

4. DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES

4.1. Especificações Técnicas

4.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

4.1.1.1. Coleta seletiva de recicláveis e coleta de lixo/resíduos orgânicos, gerados em 4(quatro) sedes do Crea-SP, conforme segue:

1) SEDE FARIA LIMA – Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Pinheiros, São Paulo/SP

FREQUÊNCIA DE COLETAS	EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS
<ul style="list-style-type: none">- 5 (cinco) coletas semanais para resíduos orgânicos/rejeitos- 3 (três) coletas semanais para material reciclável- 1 (uma) coleta mensal para lâmpadas e eletrônicos	<ul style="list-style-type: none">- 6 (seis) contêineres, sendo:<ul style="list-style-type: none">- 3 (três) contêineres de 1,20m³ com tampa e rodas travantes para resíduos orgânicos/rejeitos- 2 (dois) contêineres de 1,20m³, com tampa e rodas travantes para material reciclável- 1 (um) contêiner de 1,20m³, com tampa e rodas travantes para lâmpadas- 1 (um) tambor de 200 litros, para pilhas, baterias e lixo eletrônico- 1 (um) balança comercial digital para até 50 Kg

2) SEDE REBOUÇAS – Avenida Rebouças, 1028 – Jardim América, São Paulo/SP

FREQUÊNCIA DE COLETAS	EQUIPAMENTO S A SEREM FORNECIDOS
<ul style="list-style-type: none">- 3 (três) coletas semanais para resíduos orgânicos/rejeitos- 2 (duas) coletas semanais para material reciclável	<ul style="list-style-type: none">- 2 (dois) contêineres, sendo:<ul style="list-style-type: none">- 1 (um) contêiner de 1,20m³ com tampa e rodas travantes para resíduos orgânicos/rejeitos- 1 (um) contêiner de 1,20m³ com tampa e rodas travantes para material reciclável- 1 (um) balança comercial digital para até 50 kg

3) SEDE NESTOR PESTANA – Rua Nestor Pestana, 87 – 1ª Sobreloja – Consolação, São Paulo/SP

FREQUÊNCIA DE COLETAS	EQUIPAMENTO S A SEREM FORNECIDOS
------------------------------	---



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 2 (dois) coletas semanais para resíduos orgânicos/rejeitos e material reciclável	- 1 (um) balança comercial digital para até 50 kg
--	---

4) SEDE BARRA FUNDA – Rua José Gomes Falcão, 120 A/B – Barra Funda, São Paulo/SP	
FREQUÊNCIA DE COLETAS	EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS
- 2 (duas) coletas semanais para resíduos orgânicos/rejeitos e material reciclável	- 1 (um) contêiner de 1,20m ³ com tampa e rodas travantes para resíduos orgânicos/rejeitos - 1 (um) balança comercial digital para até 50 kg

4.1.1.2. Materiais a serem disponibilizados

4.1.1.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- a) 9 (nove) Contêineres;
- b) 1 (um) Tambor de 200 litros; e
- c) 4 (quatro) balanças para pesagem do material reciclável.

4.1.2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.2.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.2.1.1. Etapas

4.1.2.1.1.1. A Contratada deverá efetuar as seguintes etapas: Educação Ambiental, Implantação do Sistema de Coleta Seletiva, manutenção total, com reposição, quando necessário, de materiais e equipamentos.

4.1.2.1.2. Educação Ambiental

- a) A Contratada deverá promover ações visando à conscientização dos funcionários do Crea-SP, assim como dos terceirizados que atuam nos serviços de limpeza e conservação dos imóveis do Crea-SP, para a coleta correta dos materiais.
- b) A conscientização poderá ser feita por meio de palestras, vídeos, textos informativos on-line e outros, destacando a importância da reciclagem, como meio de seus benefícios e suas economias, a preocupação com o meio ambiente, história da reciclagem, entre outros.
- c) As palestras devem ser ministradas de forma prática, eficiente e direta, utilizando-se de recursos audiovisuais, tais como vídeos e slides, objetivando o despertar da consciência ambiental nos participantes, esclarecendo o porquê e como contribuir com o programa.
- d) As ações destinadas aos funcionários do Crea-SP deverão ser desenvolvidas por ocasião da realização de eventos relacionados à Semana Interna de Prevenção de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Acidentes – SIPAT's, sob demanda.

4.1.2.1.3. Implantação

4.1.2.1.3.1. A Contratada deverá fornecer e manter em condições de uso durante o período de vigência do contrato, promovendo sua substituição quando necessário, os seguintes materiais:

- a) 9 (nove) contêineres de 1,20m³, com tampas e rodas travantes, para resíduos orgânicos/rejeitos e resíduo seco reciclável;
- b) 1 (um) tambor de 200 litros para pilhas, baterias e lixo eletrônico;
- c) 4 (quatro) balanças comerciais digitais para até 50 kg.

4.1.2.1.3.1.1. O prazo de implantação deverá ocorrer em **até 15 (quinze) dias** após a assinatura do contrato, incluindo a entrega dos contêineres e o início da coleta de todo lixo gerado.

4.1.2.1.4. Da execução dos serviços

4.1.2.1.4.1. A Contratada deverá coletar os resíduos gerados pelo Conselho, transportar e encaminhá-los por intermédio de transporte adequado e autorizado pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana.

4.1.2.1.4.2. Deverá, ainda, dar destinação final aos resíduos sólidos coletados, em Aterro Sanitário, devidamente licenciado pela CETESB, em obediência ao disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 005/1993, Lei Municipal nº 13.478/2002, regulamentada pelo decreto Municipal nº 45.668/2004, Lei Municipal nº 13.522 e suas revisões posteriores.

4.1.2.1.4.3. Quanto ao material reciclável, deverá ser encaminhado a cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis, nos termos do Decreto nº 10.936/2022, a ser definida. Na ausência dessas entidades, deverá o valor correspondente ser revertido em forma de abatimento na Nota Fiscal/Fatura mensal.

4.1.2.1.4.4. A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado e em até 15 (quinze) dias corridos, as descargas no aterro sanitário e as descontaminações por meio dos Manifestos de Cargas e de Transportes de Resíduos, ambos carimbados e assinados pelos representantes dos destinos finais, conforme legislação específica, e tais documentos ficarão sob a guarda da CONTRATANTE.

4.1.2.1.4.5. Contratada responsabilizar-se-á inteiramente pela destinação dos resíduos coletados, bem como pelas taxas cobradas pelos destinos finais e quaisquer outras necessárias à execução dos serviços.

4.1.2.1.4.6. Deve-se considerar lixo todas as substâncias decorrentes dos trabalhos executados pelo Crea-SP, bem como aqueles do uso geral de suas instalações.

4.1.2.1.4.7. O lixo comum e resíduos orgânicos serão ensacados em sacos plásticos de 100 litros, na cor preta, fornecidos pelo Crea-SP.

4.1.2.1.4.8. O lixo reciclável será ensacado em sacos plásticos coloridos de 100 litros, a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

serem fornecidos pelo Crea-SP, para distinção do tipo de resíduo a ser coletado.

4.1.2.1.5. Coleta e destinação do material RECICLÁVEL

4.1.2.1.5.1. O material reciclável descartado pelo Crea-SP, devidamente separado na fonte geradora, deverá ser pesado a cada coleta efetuada, e o total em quilos, anotado no Manifesto de Carga;

4.1.2.1.5.2. Material Reciclável deverá ser retirado quinzenalmente conforme acordado com a fiscalização do contrato;

4.1.2.1.5.3. A destinação desse material será feita a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe o Decreto nº 10.936/2022;

4.1.2.1.5.4. Enquanto não houver a habilitação dessas associações e cooperativas, deverá a empresa contratada fazer o abatimento do valor correspondente na Nota Fiscal/Fatura;

4.1.2.1.5.5. Os serviços de coleta deverão ser feitos em dias pré-determinados, em horário diurno, das 8h às 16h, a fim de ser acompanhada a pesagem por servidor do Crea-SP.

4.1.2.1.6. Orientações quanto ao LIXO COMUM

4.1.2.1.6.1. A descarga dos resíduos transportados deverá ser feita em Aterros Sanitários e/ou local destinado para este fim, assim constituído pelo Poder Público;

4.1.2.1.6.2. Os resíduos orgânicos/lixo comum deverão ser retirados conforme periodicidade prevista na planilha constante no item 4.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS.

4.1.2.1.6.3. A retirada do lixo deverá ser feita com carro de pequeno porte, próprio da Contratada, nas Sedes Faria Lima, Rebouças, Nestor Pestana e Barra Funda, uma vez que os contêineres estarão em locais sem condições de acesso para caminhões;

4.1.2.1.6.4. Não serão transportadas substâncias consideradas altamente poluentes, tóxicas, venenosas, explosivas, nocivas à saúde e/ou qualquer outro tipo de material corrosivo.

4.1.2.1.7. Coleta e destinação de Resíduos Classe I

4.1.2.1.7.1. A Contratada retirará, sob demanda, os **Resíduos Classe I - Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos/lixo eletrônico**, e deverá comprovar destinação ecologicamente correta, por meio de empresas recicladoras ou destinadoras certificadas e devidamente cadastradas em órgãos ambientais competentes (Instrução Normativa do Ibama nº 6, de 15 de março de 2013).

4.1.2.1.7.2. A Contratada retirará, sob demanda, os **Resíduos Classe I - Lâmpadas fluorescentes**, enviando-os para local devidamente licenciado pela CETESB, a fim de garantir a descontaminação e reciclagem das lâmpadas;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 4.1.2.1.7.3.** O prazo de atendimento para a retirada de **Resíduos Classe I** (Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos / Lixo Eletrônico / Lâmpadas fluorescentes) será de **até 5 (cinco) dias úteis** após solicitação encaminhada pelo Crea-SP.
- 4.1.2.1.7.4.** A Contratada deverá apresentar, aproximadamente 30 (trinta) dias após a retirada das lâmpadas fluorescentes, **CERTIFICADO DE PROCESSAMENTO** (Emitido após o processo de descontaminação e reciclagem das lâmpadas).
- 4.1.2.1.7.5.** Coleta de Resíduos Classe I - Lâmpadas fluorescentes será medido por Coleta efetuada e por quantidade de lâmpada coletada e destinada a empresa que oferece o serviço de reciclagem desse material.
- 4.1.2.1.8. Do início da execução dos serviços**
- 4.1.2.1.8.1.** O início das coletas deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis após a autorização de início dos serviços.
- 4.1.2.1.8.2.** O prazo para entrega dos equipamentos e materiais necessários à coleta seletiva/resíduos deverá ser de 10 (dez) dias úteis após a autorização de início dos serviços.

4.2. Natureza do Serviço

- 4.2.1.** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado, salvo melhor juízo, mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.2.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. Critérios de Sustentabilidade

- 4.3.1.** A empresa contratada deverá adotar na execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade e cumprir a legislação e normas técnicas vigentes, observando, no que couber:
- a) Art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;
 - b) Lei nº 12.305 de 02/08/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/22 de 12/01/2022 - regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com as diretrizes nacionais para o saneamento básico e com a política federal de saneamento básico, nos termos do disposto na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
 - c) Resolução CONAMA n.º 401/2008 - estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

4.4. Prazo de Execução

- 4.4.1.** O prazo de execução do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado consecutivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

4.5. Transição Contratual

- 4.5.1.** Não há necessidade de promover transição contratual ou a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 5.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 5.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 5.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 5.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 5.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 5.6.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 5.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 5.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 6.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 6.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 6.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 6.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 6.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 6.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 6.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 6.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 6.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 6.21.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

6.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

6.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

6.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Não se aplica.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. Rotinas de Execução

8.1.1. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1.1.1. Após o término de cada período mensal, a Contratada elaborará Relatórios contendo os quantitativos totais mensais das coletas efetuadas de resíduos orgânicos, do total em quilo do material reciclável retirado e do material Classe I.

8.1.1.2. Deverão ser separados no relatório os quantitativos de coletas de resíduos orgânicos/lixo comum dos relativos a material reciclável, para efeitos de faturamento e estatística.

8.1.1.3. A execução dos serviços será mensurado seguindo os seguintes parâmetros:

a) **Coleta de Material Reciclável:** será pesado a cada coleta para apurar o total mensal;

b) **Coleta de Lixo Comum:** será medido mensalmente por saco de 100 litros coletado;

c) **Coleta de Resíduos Classe I - Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos/lixo eletrônico:** será medido por quilo coletado;

d) **Coleta de Resíduos Classe I - Lâmpadas fluorescentes:** será medido por Coleta efetuada e por quantidade de lâmpada coletada;

8.1.1.4. A empresa deverá apresentar Certificados e/ou outros documentos que comprovem a destinação ambientalmente correta dos resíduos coletados.

8.1.2. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 8.1.2.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 8.1.2.2.** No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 8.1.2.3.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 8.1.2.3.1.** A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 8.1.2.3.1.1.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.1.2.3.1.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.1.2.3.1.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.1.2.3.2.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 8.1.2.3.2.1.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.1.2.3.2.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.1.2.3.2.2.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 8.1.2.4.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 8.1.2.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.1.2.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.1.2.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Índice de Medição de Resultado (IMR).
- 8.1.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 8.1.2.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2. Quantidade Mínima de Bens ou Serviços para Comparação e Controle

- 8.2.1. Não se aplica para a presente contratação.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação entre a Contratada e a Administração

- 8.3.1. Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:
 - 8.3.1.1. Correio eletrônico (e-mail);
 - 8.3.1.2. Ofício;
 - 8.3.1.3. Pedido de Compras/Ordem de Serviços; e
 - 8.3.1.4. Atas de reuniões redigidas pela Fiscal Administrativo e validada pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Preposto da Contratada.
- 8.3.2. Toda a comunicação referente à prestação de serviço deverá ser encaminhada para os endereços de e-mail do gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo, que serão informados à Contratada após a assinatura de contrato.

8.4. Forma de Pagamento em Função dos Resultados

8.4.1. Pagamento

- 8.4.1.1. Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA elaborará relatórios contendo os quantitativos totais mensais das coletas efetuadas de resíduos orgânicos, do total em quilo do material reciclável retirado e do material Classe I.
 - 8.4.1.1.1. Deverão ser **separados no relatório** os quantitativos de coletas de resíduos orgânicos/lixo comum dos relativos a material reciclável, para efeitos de faturamento e estatística.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

8.4.1.2. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- a) **Coleta de Material Reciclável**: será pesado a cada coleta para apurar o total mensal;
- b) **Coleta de Lixo Comum**: será medido mensalmente por saco de 100 litros coletado;
- c) **Coleta de Resíduos Classe I - Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos/lixo eletrônico**: será medido por quilo coletado;
- d) **Coleta de Resíduos Classe I - Lâmpadas fluorescentes**: será medido por Coleta efetuada e por quantidade de lâmpada coletada;

8.4.1.2.1. A empresa deverá apresentar Certificados e/ou outros documentos que comprovem a destinação ambientalmente correta dos resíduos coletados.

8.4.1.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

8.4.1.4. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.4.1.5. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.4.1.5.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.1.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.1.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.4.1.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.4.1.7.1. o prazo de validade;

8.4.1.7.2. a data da emissão;

8.4.1.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.4.1.7.4. o período de prestação dos serviços;

8.4.1.7.5. o valor a pagar; e

8.4.1.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 8.4.1.8.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 8.4.1.9.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.4.1.10.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.4.1.11.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.4.1.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.4.1.13.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 8.4.1.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.4.1.14.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 8.4.1.15.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.4.1.16.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 8.4.1.17.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 8.4.1.18.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5%



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

(meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.4.2. Reajuste

8.4.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.4.2.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

8.4.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.4.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.4.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.4.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.4.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Critério de Aceitação – Índice de Medição de Resultado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Indicador 1	
Indicador de Qualidade	Cumprimento do cronograma mensal de coletas de resíduos sólidos orgânicos/rejeitos
Meta	100% de coletas realizadas de acordo com cronograma do Crea-SP
Forma de Cálculo	Desconto sobre o valor mensal, conforme segue: 1) até 3 ausências/mês = 0% de desconto 2) 4 ou 5 ausências/mês = 10% de desconto 3) acima de 5 ausências/mês = 5% de desconto por ausência
Ferramentas	Controle por meio de manifesto de carga / recibo de retirada
Periodicidade Aferição	Mensal

Indicador 2	
Indicador de Qualidade	Cumprimento do cronograma mensal de coletas de material reciclável
Meta	100% de coletas realizadas de acordo com cronograma do Crea-SP
Forma de Cálculo	Desconto sobre o valor mensal, conforme segue: 1) até 3 ausências/mês = 0% de desconto 2) 4 ou 5 ausências/mês = 10% de desconto 3) acima de 5 ausências/mês = 5% de desconto por ausência
Ferramentas	Controle por meio de manifesto de carga / recibo de retirada
Periodicidade Aferição	Mensal

Indicador 3	
Indicador de Qualidade	Cumprimento de prazo de atendimento para coleta de Resíduos Classe I (Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos / Lixo Eletrônico / Lâmpadas fluorescentes)
Meta	100% de coletas realizadas no prazo contratado
Forma de Cálculo	Desconto sobre o valor mensal, conforme segue: 1) atendimento em até 5 dias = 0% de desconto 2) atendimento entre 6 e 10 dias = 10% de desconto 3) atendimento após 10 dias = 2% de desconto por dia de atraso
Ferramentas	Controle por meio de manifesto de carga / recibo de retirada
Periodicidade Aferição	Mensal

9.2. Metodologia/Formas de Avaliação da Qualidade e Adequação da Solução às Especificações Funcionais e Tecnológicas

9.2.1. O Crea-SP pagará somente pelos serviços efetivamente prestados.

9.2.2. A avaliação da execução do objeto utilizará Índice de Medição de Resultado (IMR) disposto no Item 9.1 deste instrumento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada”.
- 9.2.2.1.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 9.2.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 9.2.3.1.** A análise dos referidos itens será realizada mensalmente quando do Recebimento Provisório, com base nos relatórios entregues pela empresa e meio do controle de manifesto de carga / recibo de retirada;
 - 9.2.3.2.** Caso a CONTRATADA atinja todas as metas indicadas no IMR, não serão efetuados nenhum tipo de desconto/glosa sobre o valor devido pelos serviços;
 - 9.2.3.3.** Caso constatado o não cumprimento de alguma das metas, deverá ser calculado pelo Crea-SP o valor a ser glosado, sendo este informado à CONTRATADA para a emissão da Nota Fiscal já com o valor corrigido;
 - 9.2.3.4.** Os resultados dos IMR deverão constar nos respectivos Termos de Recebimento Definitivo;
 - 9.2.3.5.** O valor a ser glosado será calculado mensalmente, de acordo com o percentual de desconto informado no respectivo indicador.
- 9.2.4.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 9.2.4.1.** não produziu os resultados acordados;
 - 9.2.4.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 9.2.4.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 10.1.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 10.3.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.4.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.5.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 10.6.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 10.7.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.8.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.9.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 10.10.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.11.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 10.12.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 10.13.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 10.14.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

11. BENS E SERVIÇOS

Item	Descrição	Periodicidade.	Qtd. (A)	Unid.	Valor Unitário (B)	Valor total mensal (C) = (A x B)	Valor GLOBAL (D) = (C x 24)
1	Fornecimento de contêineres (implantação)	mensal	9	unidade	R\$ 243,33	R\$ 2.190,00	R\$ 52.560,00
2	Fornecimento de tambor 200 litros (implantação)	mensal	1	unidade	R\$ 153,33	R\$ 153,33	R\$ 3.680,00
3	Fornecimento de balança para pesagem do material reciclável	mensal	4	unidade	R\$ 160,00	R\$ 640,00	R\$ 15.360,00
VALOR FORNECIMENTO							R\$ 71.600,00
4	Prestação do Serviço de Coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos orgânicos/rejeitos (Sacos de 100 l)	mensal	1.608	sacos	R\$ 5,12	R\$ 8.227,60	R\$ 197.462,40
5	Pilhas, baterias e lixo eletrônico acondicionados em 1 tambor apropriado de 200 litros	mensal	16	kg	R\$ 138,33	R\$ 2.213,33	R\$ 53.120,00
6	Lâmpadas Fluorescentes	mensal	50	unidade	R\$ 39,93	R\$ 1.996,67	R\$ 47.920,00
VALOR SERVIÇOS DE COLETA							R\$ 298.502,40
7	VALOR ABATIMENTO: Referente à alienação de material reciclável	mensal	2.940	kg	R\$ 0,12	R\$ 352,80	R\$ 8.467,20
VALOR ABATIMENTO							R\$ 8.467,20
TOTAL GLOBAL (I. FORNECIMENTO + II. COLETA - III. ABATIMENTO)							R\$ 361.635,20

12. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

12.1.1. As quantidades estimadas no presente estudo foram definidas com fim de atender a atual estrutura administrativa das 4 Sedes dos Crea-SP localizadas na Capital e suas necessidades de acordo com as características de cada uma, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Tabela 01			
LOCAIS DA COLETA			
Local 1: Sede Faria Lima, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Pinheiros – São Paulo/SP.	Local 2: Sede Rebouças, localizada na Av. Rebouças, 1028 – Jardim América – São Paulo/SP.	Local 3: Sede Nestor Pestana, localizada na Rua Nestor Pestana, 87 – Consolação – São Paulo/SP.	Local 4: Sede Barra Funda, localizada na Rua José Gomes Falcão, 120 A/B – Barra Funda – São Paulo/SP.
Estimados em 320 funcionários.	Estimados em 70 funcionários.	Estimados em 30 funcionários.	Estimados em 15 funcionários.
20 andares.	05 andares.	01 andar.	01 andar.
Peso estimado material orgânico:			
22.500 L / semana	3.000 L / semana	1.400 L / semana	600 L / semana
90.000 L / mês	12.000 L / mês	5.600 L / mês	2.400 L / mês
As coletas do lixo comum serão feitas 05 (cinco) vezes por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo comum serão feitas 03 (três) vezes por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h	As coletas do lixo comum serão feitas 02 (duas) vezes por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo comum serão feitas 02 (duas) vezes por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.
Quantidades estimadas de material/equipamento:			
aprox. 1.320 sacos de 100 litros	aprox. 175 sacos de 100 litros	aprox. 80 sacos de 100 litros	aprox. 33 sacos de 100 litros
<i>* considerado a média de 69 litros por saco</i>			



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

ou	ou	ou	ou
85 contêineres/mês	11 contêineres/mês	6 contêineres/mês	3 contêineres/mês
<i>** considerado a média de 15 sacos por contêiner</i>			
Peso estimado material reciclável:			
260 kg / semana	220 kg / semana	65 kg / semana	43 kg / dia
1.300 kg / mês	1.100 kg / mês	325 kg / mês	215 kg / mês
As coletas do lixo reciclável serão feitas 03 (três) vezes por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo reciclável serão feitas 02 (dois) vezes por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo reciclável serão feitas 01 (uma) vez por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo reciclável serão feitas 01 (uma) vez por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.
Obs.: 1. Os serviços de coleta deverão ser feitos de forma alternada entre os dias e o tipo de resíduos. 2. O lixo reciclável retirado das sedes do Crea-SP deverá ser entregue na sede de cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis, formalmente constituída, nos termos do artigo 3º do Decreto 10.936/2022. Na ausência dessas entidades, o valor correspondente deverá ser abatido na Nota Fiscal/Fatura.			
Resíduo Classe I			
Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos/lixo eletrônico			
16 kg / mês	-	-	-
Lâmpadas fluorescentes			
50 kg / mês	-	-	-
As coletas de Resíduo Classe I será realizada sob demanda, conforme necessidade do Crea-SP, com <u>estimativa</u> de retirada 01 (uma) vezes por semana , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.			
Observações			
1. Os serviços de coleta deverão ser feitos de forma alternada entre os dias e o tipo de resíduos. 2. O lixo reciclável retirado das sedes do Crea-SP deverá ser entregue na sede de cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis, formalmente constituída, nos termos do artigo 3º do Decreto 10.936/2022. Na ausência dessas entidades, o valor correspondente deverá ser abatido na Nota Fiscal/Fatura.			

13. PLANILHA PARA COTAÇÃO DE PREÇO

Item	Descrição	Periodicidade	Qtd. (A)	Unid.	Valor Unitário (B)	Valor total mensal (C) = (A x B)	Valor GLOBAL (D) = (C x 24)
1	Fornecimento de contêineres (implantação)	mensal	9	unidade	R\$	R\$	R\$
2	Fornecimento de tambor 200 litros (implantação)	mensal	1	unidade	R\$	R\$	R\$
3	Fornecimento de balança para pesagem do material reciclável	mensal	4	unidade	R\$	R\$	R\$
VALOR FORNECIMENTO							R\$
4	Prestação do Serviço de Coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos orgânicos/rejeitos (Sacos de 100 l)	mensal	1.608	sacos	R\$	R\$	R\$
5	Pilhas, baterias e lixo eletrônico acondicionados em 1 tambor apropriado de 200 litros	mensal	16	kg	R\$	R\$	R\$
6	Lâmpadas Fluorescentes	mensal	50	unidade	R\$	R\$	R\$
VALOR SERVIÇOS DE COLETA							R\$
7	VALOR ABATIMENTO: Referente à alienação de material reciclável	mensal	2.940	kg	R\$	R\$	R\$
VALOR ABATIMENTO							R\$
TOTAL GLOBAL (I. FORNECIMENTO + II. COLETA - III. ABATIMENTO)							R\$



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

14. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária da UNIDADE DE ADM. DE SERVIÇOS E SUPRIMENTOS - UASS, Centro de custo: 08.03.01.02.03.01, previstas no orçamento do Crea-SP para o exercício de 2022/2023, na conta orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.09.056 - DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ.

15. LOCAIS DE ENTREGA

15.1. Os serviços e itens entregáveis previstos neste Termo de Referência deverão ser entregues nas sedes do Crea-SP localizadas na Capital de São Paulo, conforme segue:

- a) **Local 1:** Sede Faria Lima, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Pinheiros – São Paulo/SP.
- b) **Local 2:** Sede Rebouças, localizada na Av. Rebouças, 1028 – Jardim América – São Paulo/SP.
- c) **Local 3:** Sede Nestor Pestana, localizada na Rua Nestor Pestana, 87 – Consolação – São Paulo/SP.
- d) **Local 4:** Sede Barra Funda, localizada na Rua José Gomes Falcão, 120 A/B – Barra Funda - São Paulo/SP.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

REGIME DE EXECUÇÃO	<input type="checkbox"/> Empreitada	<input type="checkbox"/> Preço Global	<input checked="" type="checkbox"/> Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	<input checked="" type="checkbox"/> Global	<input type="checkbox"/> Por Lote	<input type="checkbox"/> Por Item

16.1. Qualificação Técnica

16.1.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.1.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.1.1.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

16.1.1.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, para o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto deste instrumento, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de período ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

16.1.1.1.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 16.1.1.1.1.3.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 16.1.1.1.1.4.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 16.1.1.1.1.5.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

16.2. Critérios de Seleção

16.2.1. Critérios Gerais

- 16.2.1.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 16.2.1.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.2.2. DA VISTORIA

- 16.2.2.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o LICITANTE poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (11) 3095-6411 / 3095-8250, podendo sua realização ser comprovada por:
- a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou
 - b) Declaração de renúncia de vistoria emitida pelo LICITANTE, que concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e que, ainda, de pleno conhecimento dessas condições pré-existentes, assume a execução do objeto e isenta o Crea-SP de toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer, em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.
- 16.2.2.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 16.2.2.3.** Para a vistoria, o LICITANTE, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
- 16.2.2.4.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

16.2.2.4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

16.2.2.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.2.3. Subcontratação

16.2.3.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto somente para a execução de DESTINAÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL, conforme previsto no item 4.1.2.1.5 **Coleta e destinação do material RECICLÁVEL.**

16.2.3.1.1. A destinação desse material será feita a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe o Decreto

16.2.3.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

16.2.3.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

16.2.3.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.2.3.5. A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

16.2.3.6. São vedadas:

16.2.3.6.1. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica;

16.2.3.6.2. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

16.2.3.6.3. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

16.2.4. Formação de Consórcio

16.2.4.1. Não será permitida a formação de Consórcio.

16.2.5. Alteração Subjetiva

16.2.5.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

16.2.6. Garantia Contratual

16.2.6.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que após a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares constatou-se a baixa probabilidade de inexecução contratual.

17. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

17.1. Sanções Aplicáveis

	Evento	Ocorrência	Sanção/Multa
1	Atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;	1	0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado
2	Atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;	1	0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado
3	Inexecução total da obrigação assumida;	1	0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado
4	Conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2.	1	0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato

17.2. Sanções Administrativas

17.2.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

17.2.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

17.2.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.2.1.3. fraudar na execução do contrato;

17.2.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

17.2.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2.2. **Multa** para os casos descritos no item 17.1 deste Termo de Referências.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

17.2.2.2.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

17.2.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 17.2.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.2.4. As sanções previstas nos subitens 17.2.2.1, 17.2.2.3 e 17.2.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.2.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 17.2.6.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 17.2.6.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 17.2.6.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 17.2.6.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.2.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.2.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 17.2.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.2.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.2.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.2.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.2.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.2.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.2.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.